

A114432

DISPUTA INVESTIDORES IGNORAM IMPASSE NA LICITAÇÃO E PREPARAM ORÇAMENTO PARA VENCER CONCORRÊNCIA

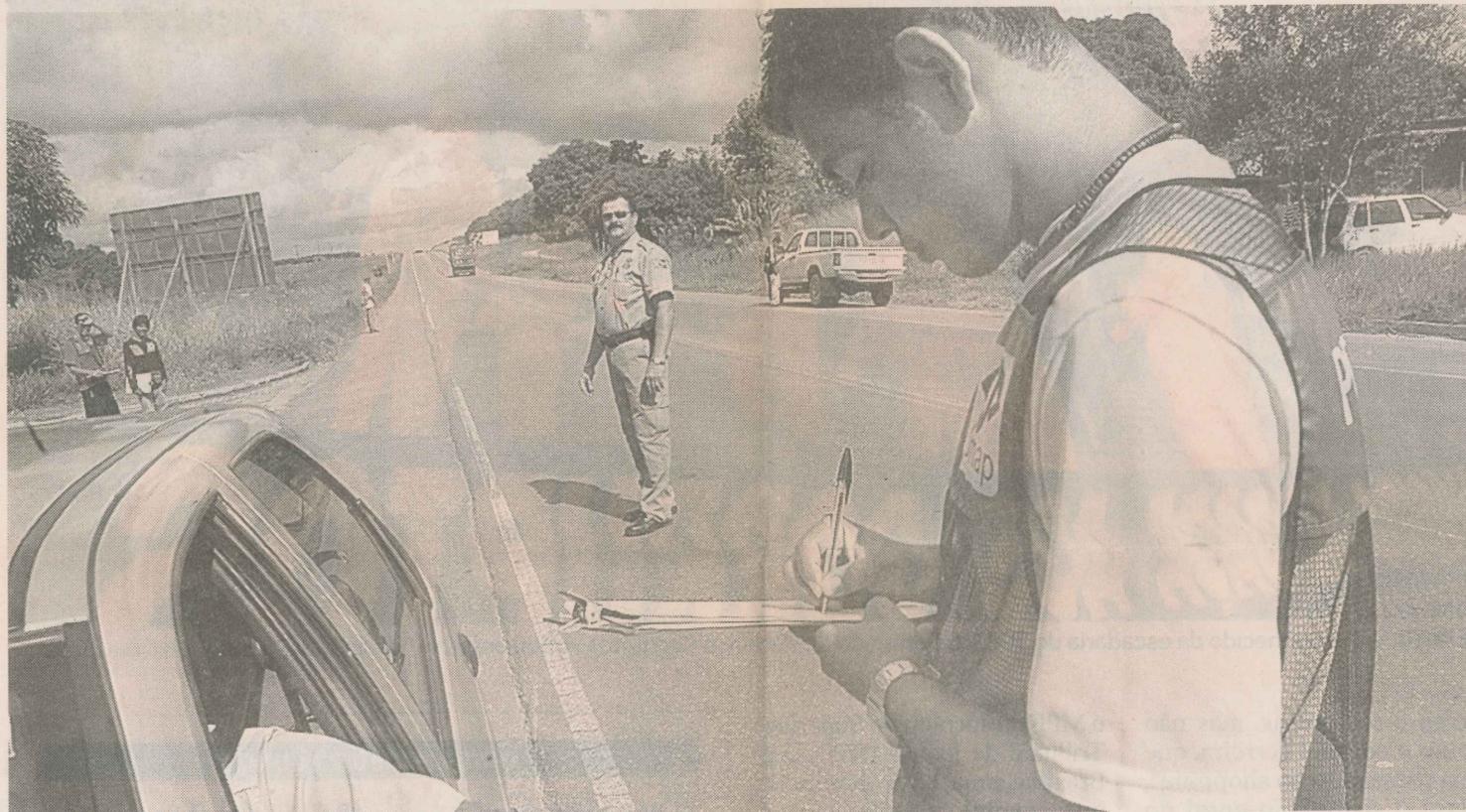
Empresas interessadas na BR 101 pesquisam fluxo da via

Mesmo com garantia de que rodovia não será privatizada, grupos estão de olho no ES

RITA BRIDI
rbridi@redegazeta.com.br

Mesmo com a garantia do ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, ao governador Paulo Hartung de que a BR 101 não entrará na segunda etapa do programa de concessão de rodovias federais, empresas de fora do Estado manifestaram interesse em participar da licitação do trecho da rodovia que corta o Espírito Santo.

Uma dessas empresas é a Constran SA Construções e Comércio, de São Paulo, que está fazendo pesquisa de fluxo de veículos em vários



ESTUDO. A reportagem de A GAZETA flagrou os pesquisadores da empresa Comap no quilômetro 94, próximo a Jaguaré. FOTO: GILDO LOYOLA

está fazendo pesquisa de fluxo de veículos em vários pontos da rodovia. Ontem pela manhã, os pesquisadores faziam levantamento no quilômetro 94 da estrada, próximo a Jaguaré.

A pesquisa, encerrada ontem, foi feita pela Comap Consultoria, Marketing e Planejamento, também de São Paulo, que foi contratada pela Constran. A Comap foi procurada para detalhar a pesquisa, mas informou que não tinha autorização de quem contratou o serviço para dar entrevistas.

O coordenador da 17ª Unidade de Infra-Estrutura Terrestre (Unit), Élio Bahia Souza, até o início da tarde não tinha conhecimento da realização da pesquisa. No início da noite, depois de solicitar informações à Comap, obteve a confirmação da empresa que estava realizando o levantamento.

Bahia disse que enviará correspondência à empresa questionando a realização da pesquisa sem comunicação prévia à Unit. Ele destacou que o

órgão deveria ter sido comunicado a respeito do levantamento em questão. A competência para autorizar, ou não, a realização da pesquisa é da Unit, explicou Bahia.

De acordo com as informações obtidas pelo coordenador da Unit, a pesquisa para fins de privatização, foi programada para o período de 23 a 29 de junho. Se o encerramento do trabalho não estivesse programado para ontem, a Unit iria suspender a realização da pesquisa, garantiu Bahia.

Tráfego. O diretor de Outorgas do Ministério dos Transportes, Fábio Marcelo de Rezende Duarte, não tinha conhecimento da realização da pesquisa e garantiu que não havia solicitação do ministério nesse sentido. "Deve ser por conta do anúncio de que o trecho da rodovia seria concedido à iniciativa privada para exploração", explicou.

Segundo Duarte, cada em-

presa que participar da licitação de concessão de rodovias federais terá que apresentar um estudo do tráfego, para justificar a tarifa de pedágio a ser cobrado. Na última fase da licitação é declarado vencedor quem apresentar a menor tarifa para a cobrança do pedágio.

A proposta do Ministério dos Transportes para a modelagem dos lotes que estão listados para a segunda etapa já foi aprovada pelo Conselho Nacional de Desestatização (CND) e está em análise no Tribunal de Contas da União (TCU). O órgão tem até o próximo dia 15 para se manifestar.

A etapa seguinte é o lançamento do edital para a privatização dos serviços de exploração das rodovias em questão. Duarte confirmou a solicitação do presidente Lula ao ministro dos Transportes para que a 101 seja retirada da segunda etapa do programa de concessão de rodovias federais.

SAIBA MAIS

■ **Pedido.** O Governo estadual, que lutou para que a BR 101 fosse incluída no programa de concessões de rodovias federais, pediu que a privatização seja adiada

■ **Atendido.** O presidente Lula, depois de ler a carta enviada por Hartung, determinou ao ministro dos Transportes que retire a BR 101 da segunda rodada de concessão de rodovias

■ **Modelo.** O argumento apresentado pelo Governo foi o de que a modelagem apresentada pelo Ministério dos Transportes não atende aos anseios da população e dos segmentos econômicos usuários da rodovia

■ **Ação.** Tramita na Justiça Federal, uma ação popular apresentada pelo advogado Dório Antunes, que pede a suspensão da privatização

OS NÚMEROS DA PRIVATIZAÇÃO

R\$ 4,80 é a tarifa máxima do pedágio prevista pelo estudo do Ministério dos Transportes

6 praças de pedágio estão previstas para o Espírito Santo, onde a BR 101 corta 22 municípios

R\$ 1,3 bilhão é o investimento previsto para as obras na BR 101

25 anos é o prazo do contrato de concessão para a empresa que vencer a licitação. A receita estimada é de R\$ 5,133 bilhões no período.